

Balanço da semana

Medo — Os militares receberam aumento justo; os civis, uma gratificação mediocre, enganadora.

Farsa — O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC dispensou 40 dos seus 120 empregados, mas o PT aprovou a estabilidade.

Impunidade — O Ministério culpa a CENEN que responsabiliza o Instituto... Quatro já morreram, porém ninguém está preso. Nem será.

Desperdício — O Governo gastará milhões em publicidade para fazer o povo otimista. Não precisa. Basta a renúncia do Presidente.

Indiferença — Morrem por dia 12 operários em acidentes. Centenas ficam feridos. O ministro culpa da política paulista.

Hipocrisia — Cicciolina não pôde rezar no Muro das Lamentações. São os mesmos que perseguiram Madalena.

Gosto — Entre o gordo e o magro, o PFL ficou com polpudos cargos.

Pantomima — Será reaberto o cassino de Foz do Iguaçu, fechado, com espalhamento, pela Polícia. O jogo tem influência.

Tráfico — A Transbrasil recebeu a ajuda de Cz\$ 2,6 bilhões. As reuniões das quartas-feiras renderam bem.

Dificuldade — A gasolina aumentará 20% pela milésima vez este ano. O Governo está sem caixa.

Amizade — O ministro (?) dos Transportes esteve nove vezes no exterior. O chefe do Gabinete acompanhou-o em sete. O dinheiro sobra para as mordomias.

Orgulho — A Funai criará a Escola Nacional de Medicina Indígena. Os catrões serão os pajés. Acabaremos fundando a primeira Universidade Primitiva do mundo.

Crime — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano ameaçou sabotar a qualidade dos automóveis. Não está preso. Os que morrerão serão os culpados.

Recessão — Nos últimos 15 dias foram devolvidos 383.773 cheques sem fundo em SP.

Felicidade — FLS procurou-me: "Asa Branca retornou. Linda, lindíssima. Desta vez não resisto. Vou começar a bicá-la pelo dedinho do pé".

Prestígio — Há um ano, o Presidente tinha o apoio de 67% das mulheres e 62% dos homens. Hoje, 14% e 7%, respectivamente. É fácil enganar as mulheres.

Realização — O francês Philippe Cure, 30, paraplégico, saltou de pára-quadras. O primeiro do mundo. Deficiência não é incapacidade.

Favoritismo — Em Manaus cada emprego custa US\$ 2.790 mensais, dez vezes o salário médio. É uma zona.

Solução — A Rainha não sabe o que fazer com Charles, o ausente, e Di, a deliciosa. E só mandá-los para a caminho. Se possível.

Humilhação — Pesquisa indica que 34% dos paulistanos quiseram deixar o Brasil. Até a Nova Zelândia está selecionando nossos emigrantes.

Evolução — FLS ligou-me: "Viva o parlamentarismo. Teremos um Governo por dia. A corrupção ou diminui ou todos terão sua oportunidade".

Transformação — O governador Orestes Quércia está cada vez mais inteligente. Com mais Cz\$ 410 milhões de publicidade, será colega dos meninos da Concelção, os PhD de Campinas.

Exemplo — O prefeito de Paramirim (BA), do PFL, concedeu aposentadoria para todos os ex-prefeitos e ex-vereadores. O dinheiro é do povo, mas metem a mão.

Piada — Pereira, o ministro, anuncia que a inflação de outubro será de 9,1%. Ou passou o mês todo viajando ou só viveu de mordomia.

Renovação — Diretas, diretas já, antes que todos tenhamos de votar em Brizola.

Sociologia — No cemitério dos animais só entram os ricos. Os outros apodrecem no ar.

JOÃO EMLÍO FALCÃO

Como ainda pode ser o novo parlamentarismo

REJANE DE OLIVEIRA Da Editoria de Política

Embora não tivesse grandes chances de vitória — todos os prognósticos pré-eleitorais o situavam entre os últimos colocados — o candidato Edson Nascimento, por um desses acasos do destino, terminou se classificando para o segundo turno. Valerá-lhe não apenas o passado esportivo de certa fama, mas também, embora em menor escala, o apoio da redução parcela da população que ainda acreditava na classe política. Afinal, fora o único postulante que não fizera campanha ostensiva contra a mais controversa inovação aprovada pelos constituintes: o chamado neoparlamentarismo, uma receita híbrida de governo em que os deputados também participariam da administração do País.

É claro que, na remotíssima hipótese de vir a ser eleito, pretendia esquecer rapidamente a promessa de campanha, pois não se contentaria em exercer o papel de rainha da Inglaterra que, assegurava seu consultor jurídico, lhe havia sido destinado. Mesmo porque não tinha vocação para os protocolos da realza e o seu andar gingado de jogador era... digamos, pouco britânico. Além disso, na única vez em que esteve frente a frente com o engenheiro, durante um debate na televisão, fora contaminado pelo terrível mal do século (passado): o caudilhismo. Incompatível, como se sabe, com o regime parlamentar.

Mas estes eram assuntos para o futuro. No momento, a maior preocupação de Edson era vencer o seu rival na segunda rodada, que vinha a ser justamente o temido engenheiro. E eis que o destino outra vez o favorece: como que por encanto, nem bem eram proclamados os resultados preliminares todos os inimigos do seu concorrente aparecem para oferecer apoio. Apoio de todos os tipos, de todos os lados. Não deu outra: com tanto respaldo, mais uma ajudinha do programador do Não-consult (a informática finalmente chegou aos currais), nosso atleta foi eleito presidente do Brasil.

Dia de posse. Muito elegante em seu jaquetão à moda da casa, em pleno plenário do Palácio do Planalto, o recém-eleito chefe de Estado retira do bolso do colete, uma inovação do costureiro, em se tratando de jaquetões, mas

acessório indispensável na política de gabinete) o nome do primeiro-ministro. Aquela altura, informado de que a Constituição proibia que se mexesse no regime durante cinco anos — e pelo menos antes deste prazo não havia como convencer o povo a eleger nova Constituinte — Nascimento estava sinceramente disposto a submeter-se às normas parlamentaristas.

Por isso mesmo, como manda a Carta Magna, fora consultar o partido maioritário, o PUB, antes de escolher o nome do chefe do Governo. Qual não foi a sua surpresa ao perceber que por menos de cinco cargos de mesmo peso não conseguiria unir a legenda em torno de um único nome. Como o regime só possuía dois postos de primaríssimo escalão — incluindo o seu, do qual nem se tratava — tratou de procurar maioria parlamentar por outros meios. Foi logo seduzido pelo segundo partido, o PEA, que também queria muitos postos mas pelo menos era mais confiável, e foi daí que pinçou o primeiro candidato. Naturalmente preferiria ter indicado o amigo do amigo do seu melhor amigo, mas infelizmente ele não preenchia a exigência constitucional de ser parlamentar.

E foi assim que Joãozinho Vinte tornou-se primeiro-ministro. Por pouco tempo, é verdade, já que ao indicar um peabista o presidente acionara o único gatilho capaz de reunificar o PUB. O resultado foi que, apesar dos méritos do programa de governo apresentado à Câmara dentro do prazo legal, a maioria pubista rejeitou a plataforma, obrigando o nosso político-atleta a reabrir o processo de consultas.

Desta vez, devidamente escalado, Nascimento tratou de se compor com o Presidente do então ainda maior partido do Ocidente (alguns meses depois, cada letra do PUB viria a transformar-se em legenda autônoma). Entre um cálice e outro de cachaça de maçã, fecharam acordo em torno de um dos amigos do Dr. Joyce. Como ele conseguiu convencer as outras facções partidárias nunca se saberia, mas o fato é que o novo primeiro-ministro não só teve o seu programa de governo aprovado como conseguiu se equilibrar no poder durante exatos sete meses — um a mais que o prazo mínimo previsto na Constituição!

Foi aí que um cochilo do

líder governista de plantão permitiu a um certo deputado José, através de manobra regimental, aplicar um genuíno golpe no governo. Sem alarde, durante uma monótona sessão vespertina onde a maioria não sabia direito o que estava votando, foi aprovada moção de censura contra o gabinete, que veio imediatamente abaixo.

A contragosto, o presidente foi forçado a retomar suas articulações. Justo quando estava tomando gosto pelos rituais monárquicos. Desacostumado às sinuosas negociações partidárias, terminou tendo duas indicações rejeitadas consecutivamente pelos parlamentares, o que deu à Câmara o direito de eleger por maioria absoluta o seu próprio candidato.

Amargurado com a dupla derrota, Nascimento aguardou o encerramento do prazo regimental — torcendo contra. Desta vez venceu, pois os deputados não conseguiram se entender em torno de um nome e o poder de indicação voltou às suas mãos — já agora sem a necessidade de submetê-la ao Parlamento. Mas o presidente, rancoroso, preferiu pedir o aval do Conselho da República para dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

Mais maduros, os reeleitos juravam pelos quatro cantos que jamais aprovariam moção de censura nem antes ter certeza da existência de maioria para aprovar novo gabinete. Esqueciam da segunda possibilidade de dissolução da Câmara, que veio a ser utilizada dois anos mais tarde, no momento em que os parlamentares negaram o voto de confiança solicitada pela primeira-ministra Maria Antonieta.

O tempo passou, passaram o Nascimento e o Joyce. Do Joãozinho Vinte, que não conseguiu se reeleger, só se sabe que está advogando no interior de Minas. Quanto ao José, converteu-se genuinamente ao catolicismo e hoje é sacerdote no Araguaia, auxiliado pela Dairiene Glória. E até o regime parlamentarista, apesar da descrença de muitos, conseguiu se consolidar e ultrapassar a idade mínima compulsória de cinco anos.

E foi assim que quase todos foram felizes para sempre. A alegria só não foi geral porque certa parcela da população — pobre, porém honesta — mais uma vez insistiu em ficar de fora da festa.

Primeiro-Ministro já agita

Falta o plenário, mas políticos começaram a especular

VERA RAMOS Da Editoria de Política

O parlamentarismo ainda não foi aprovado pela Constituinte. Mas a cada derrota dos presidencialistas na Comissão de Sistematização, aumentam as especulações em torno do nome dos candidatos a Primeiro-Ministro. Numa pesquisa feita pelo CORREIO BRAZILIENSE, vários políticos foram seguidamente apontados como candidatos em potencial: José Richa (PMDB-PR), Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e até Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Para os peemedebistas históricos, não há dúvida de que o cargo de Primeiro-Ministro ficará nas mãos de um político do partido maioritário o PMDB. Porém, ao contrário do que se podia imaginar, o tetrá-presidente, deputado Ulysses Guimarães, não encabeça a lista dos nomes. Embora tenha sido lembrado pela maioria dos parlamentares consultados, a tendência pró-Richa é ascendente, especialmente entre os cons-

tituintes do Partido da Frente Liberal.

Outro forte candidato ao cargo de Primeiro-Ministro é o senador Mário Covas (PMDB-SP). Porém, a resistência contra o senador paulista é também notória dentro de seu partido. A corrente peemedebista moderada faz sérias restrições. Para o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Covas radicalizou excessivamente em sua atuação como líder do Partido na Constituinte, e aposta no senador Richa como uma alternativa de consenso dentro e fora do PMDB.

A recente cirurgia para a implantação de pontes de safena feita por Covas também é lembrada como um empecilho. Na opinião do deputado Alcei Guerra (PFL-PR), por razões de saúde o senador não poderá mergulhar de cabeça na disputa pelo cargo dentro do Congresso, aumentando as chances de José Richa.

Além de Ulysses, Richa, e Covas, existem outros nomes também lembrados dentro do PMDB. Há quem acredite que o deputado Expedito Machado (CE),

líder do Centro Democrático, também nutre esperanças de ser indicado para o cargo, como resultado de um acordo político entre o Palácio do Planalto e o deputado Ulysses Guimarães. Avançando nas especulações, alguns constituintes arriscam, inclusive, o nome do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, um presidencialista convicto. Entre as justificativas mais diferentes para a indicação de Sant'Anna, o argumento mais apontado é de que ele passaria pelo crivo do presidente José Sarney, caso o parlamentarismo fosse implantado durante o seu mandato. Em compensação, dentro do partido Sant'Anna é rejeitado pela maioria.

Fora dos quadros políticos peemedebistas o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) teve seu nome indicado por constituintes de vários partidos, com exceção das agremiações de esquerda — PT, PDT, PC e PC do B e PSB, com 67 anos, militar, Passarinho tem conseguido reduzir o número de seus desafetos angariados no período em

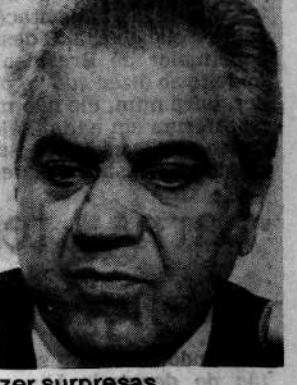
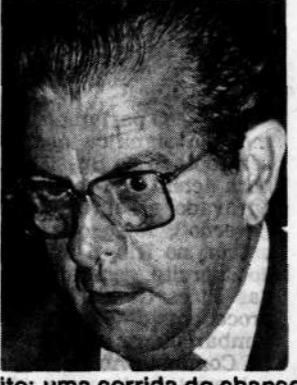
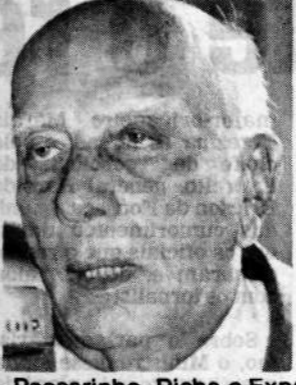
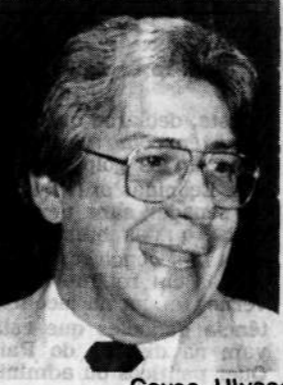
que serviu aos governos militares como ministro do Trabalho e da Previdência Social (1967-69) (1983-85) e ministro da Educação e Cultura (1969-74). Sua postura de mediador na Sistematização, como presidente da Mesa, aliada à sua experiência política, foram enumeradas como requisitos essenciais. Para os peemedebistas, Passarinho pode ser uma alternativa em caso de divisão do partido. E o fato de pertencer ao PDS, partido de oposição, não é considerado entrave. Lembraram que Bettino Craxi governou a Itália com apenas 10% dos votos do Parlamento, através de um acordo suprapartidário.

ELEIÇÃO

A duração do mandato do presidente José Sarney — 4, 5 ou 6 anos — porém, é um ingrediente básico na definição do perfil do futuro Primeiro-Ministro. Se aprovado o parlamentarismo gradual — 5 ou 6 anos — José Sarney terá sua cota de participação, na escolha beneficiando os candidatos considerados de linha moderada, como José Richa, e

Jarbas Passarinho. Nesse caso, Mário Covas e Ulysses Guimarães teriam reduzidas as suas chances. Para os constituintes, consultados dificilmente o Presidente da República aceitará ser o Chefe de Estado de Covas ou de Ulysses.

Mas, se vingar a tese de eleições para Presidente da República em 88 o futuro Primeiro-Ministro poderá sair de um acordo, segundo de um acordo, seguindo a velha tradição da política "café com leite" (Minas Gerais e São Paulo). Não sendo congressista, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, não pode concorrer a Primeiro-Ministro. Porém, tem mais chances que Ulysses Guimarães, desgastado com a política econômica de Bresser de disputar com o ex-governador Leonel Brizola, a presidência da República. Cada vez mais afastado das bases do PFL, seu partido, Aureliano vem se aproximando da corrente moderada do PMDB. Para formar uma chapa com ele, os nomes mais cotados são de Ulysses, e dos senadores Mário Covas e José Richa.



Covas, Ulysses, Passarinho, Richa e Expedito: uma corrida de chances desiguais, mas que pode trazer surpresas

Primeiras listas concentram-se em seis nomes

Ulysses Guimarães: Com 71 anos, ele é sempre lembrado para o cargo de Primeiro-Ministro por constituintes dentro e fora do PMDB. Porém, sua eventual candidatura pode esbarrar na divis-ão do partido, sobretudo daqueles políticos alinhados com o senador Mário Covas. Para alguns constituintes, a imagem de Ulysses Guimarães está desgastada: "Deixou de ser um político para virar símbolo de um partido dividido". No entanto, a vasta experiência política do deputado é incontestável e se quiser, o tetrá-presidente pode obter mais um cargo antes de encerrar a sua carreira política.

José Richa: É considerado de linha moderada, seus correligionários o classificam como um político de

centro, mas atento aos problemas sociais. A maioria dos constituintes consultados aponta Richa como um nome que pode conciliar a maioria no Congresso Nacional. Além de ter trânsito livre no Palácio do Planalto e no meio militar. As possíveis dificuldades que Richa venha a ter junto a parlamentares da esquerda podem ser contornadas pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Scalco foi chefe da Casa Civil no governo Richa. Com a licença de Mário Covas da liderança da Constituinte, o deputado aumentou sua influência no partido, especialmente junto à MUP (Movimento Unidade Progressista), o grupo de esquerda do PMDB.

Mário Covas: O senador mais votado nas últimas eleições tem contra si a re-

cente cirurgia de coração. Com apenas 57 anos, Covas ainda é apontado como forte candidato ao cargo de Primeiro-Ministro, mas terá que provar que sua saúde está excelente. Antes de sua operação cirúrgica, o senador paulista provocou a ira dos políticos de centro e de centro-direita, através de uma atuação marcante na Constituinte em defesa das teses da esquerda em assuntos como Reforma Agrária e Estabilidade no Emprego.

Do entanto, Covas não é de esquerda. Sua atuação parlamentar no passado o define como político de centro.

Jarbas Passarinho: Com 67 anos, Jarbas Passarinho foi governador biônico do Pará no período de 64 a 66. De 67 a 83, exerceu dois mandatos de senador, in-

terrompido para ocupar os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social — de 1967 a 69 e daí a 74. No Governo Figueiredo, Passarinho voltou a chefiar a pasta da Previdência e Assistência Social, numa época em que o setor viveu um dos seus maiores déficits.

De formação militar, Jarbas Passarinho se auto-define como um político de Centro. Porém, no Congresso, sua atuação política é considerada mais de centro-direita. Político experiente, o senador parense é bem aceito pela corrente moderada do PMDB, e não terá dificuldades de ver sua candidatura aceita pelo PL, PTB, PDC, PMB e PFL.

Expedito Machado: do Centro Democrático, terá chances se o Primeiro-

Ministro for escolhido pelo Presidente e submetido à bancada. Corre assim nos mesmos moldes de Mário Covas, só que em vias diferentes: Expedito pela direita, Covas pela esquerda. Tudo depende da força que vierem a obter dentro da bancada, que aprova ou não a escolha do presidente. Esta parece pender muito mais para Ulysses Guimarães ou mesmo para José Richa, hoje fora das boas graças do Planalto, do que para Expedito.

Bernardo Cabral: Embora esteja mais para governador do Amazonas, já foi mencionado como possível primeiro-ministro. Se isso dependesse de aplausos recebidos como relator da Sistematização, as chances pareceriam evaporar-se.

Vice-líderes do PFL saem em protesto

Os quatro vice-líderes do PFL que integram a bancada parlamentarista do partido na Comissão de Sistematização decidiram entregar seus cargos na próxima terça-feira, com um documento crítico à atuação do líder da Constituinte, deputado José Lourenço. O grupo está irritado com a decisão do deputado, que, sem apoio regimental, tentou substituir os parlamentaristas do PFL na Sistematização. Por isso, segundo o deputado José Thomaz Nonó (PFL-AL), ele e os deputados Mário Assad (MG), Alcei Guerra (PR) e Sandra Cavalcanti (RJ), decidiram renunciar à sua condição de vice-líderes.

Segundo o vice-líder do PFL na Câmara, José Thomaz Nonó (AL), a ação de Lourenço facilitou a aprovação da mudança de sistema: "Na véspera da votação, o líder me perguntou se poderia contar com o meu voto para o presidencialismo e eu disse a ele que, embora sendo parlamentarista, estava em dúvida sobre a conveniência de mudar o sistema neste momento e que ainda não havia me decidido. Ele acabou decidindo por mim pois, na manhã seguinte, tentou retirar-me".

Plenário mostrará: é hora de transigência

OSVALDO PERALVA

A aprovação do parlamentarismo, pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, mesmo não sendo ato definitivo, dificilmente será revogado pela votação em plenário. Para o Governo, em sistema democrático, não constitui desdouro ser batido numa pelega com as forças parlamentares. E o fato de ser Governo, em regime presidencialista, onde o Poder Executivo tem notável predominância sobre os outros, não assegura a vitória de todas as suas teses e opiniões. Até num regime autoritário enfraquecido, como ocorreu sob a presidência do presidente João Batista Figueiredo, quando o apelo à cassação de mandatos ou fechamento do Congresso já se achava fora das possibilidades reais, o Planalto sofreu derrotas fragorosas. E as absorveu.

O ímpeto parlamentarista cresce na medida das resistências que encontra. Os presidencialistas sem interesse político pessoal, isto é, que não se consideram prescindíveis e que não tenham forte vinculação com a área governamental, tendem a aderir à onda parlamentarista, como tem acontecido, até por afirmação do poder a que pertencem. Refiro-me aos membros do Legisla-

Então só resta o caminho da negociação.

Os países subdesenvolvidos costumam resolver suas crises políticas mediante o sacrifício do regime, se se trata de uma democracia, também subdesenvolvida, que mergulha então numa ditadura caudillesca ou militarista, para retornar depois, sempre por breves períodos, ao sistema democrático. Ou é uma ditadura que realiza a transferência do poder mediante golpes e assassinatos de governantes.

O Brasil ainda não conseguiu romper o círculo do subdesenvolvimento, mas já se encontra num estágio bem adiantado da economia, sobretudo em certas regiões geográficas, embora com desequilíbrios inter-regionais e sociais extremamente graves.

Nesta etapa, temos o direito de acreditar que os homens públicos, em sua maioria, atuarão de modo civilizado, deixando aos energúmenos, aos oportunistas, aos inconscientes ou aos ideólogos de extrema direita a idéia de retrocesso institucional, com a volta dos militares ao centro do poder.

Qualquer que seja o resultado definitivo, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, mantendo o presidencialismo ou substituindo-o pelo regime de gabinete, essa será uma decisão soberana, que terá de ser acatada.

No caso da vitória do parlamentarismo, o que o bom-senso recomenda é que o mandato do presidente José Sarney, cuja redução ao prazo de cinco anos ele mesmo tomou a iniciativa de preconizar, seja mantido tocado na plenitude de seus poderes. E que o novo sistema tenha início depois dele.

O tão mal-afamado parlamentarismo sob o governo João Goulart tem, até certo ponto, semelhança com a idéia de impor ao atual Presidente da República uma redução de prerrogativas na parte final de seu mandato. A diferença é que naquele episódio a redução foi imposta pelos ministros militares, mas consagrada pelo voto dos congressistas, que assim não puderam escapar à responsabilidade de uma mutilação que repugnava à consciência nacional, conforme logo a seguir se demonstrou num plebiscito.

Hoje a situação é diferente, mas o princípio é o mesmo.

E esse é o ponto em que a crise pode concentrar-se, já que a questão da duração do mandato está praticamente resolvida.

As mesmas forças políticas que souberam superar dificuldades maiores, em momentos mais graves, não devem encontrar mais uma vez o caminho da transigência mútua e da solução de mais esse problema.

Só milagre vira o jogo, diz Fogaça

"A partir de agora, só um milagre será capaz de mudar o regime de governo aprovado pela Sistematização". A frase é do senador José Fogaça (PMDB-RS), ao afastar ontem a possibilidade de aprovação do presidencialismo pelo plenário da Constituinte, como promete o líder governista Carlos Sant'Anna.

Segundo o parlamentarista gaúcho, que é também relator-adjunto da Sistematização, nenhum projeto — nem mesmo o modelo parlamentarista aprovado pela Comissão — reúne o apoio dos 280 constituintes necessários para modificar o projeto constitucional.

"Portanto, a menos que o Governo consiga produzir algum milagre, prevalecerá na futura Carta Magna o texto definido sexta-feira".

TRANSITÓRIAS

Fogaça informou que ainda não foram deflagradas as negociações em torno das disposições transitórias da Constituição, que definirão o tamanho do mandato do atual Presidente e a data de implantação do novo regime. Em relação aos dois assuntos, conforme revelou, não persiste a aliança que permitiu aos parlamentaristas aprovarem o sistema de gabinete: "Neste ponto, cada um votará de acordo com seus próprios interesses políticos, com a única preocupação de preservar o regime".

Pessoalmente favorável ao período de quatro anos para Sarney, com a implantação imediata do parlamentarismo, o senador gaúcho admite, contudo, que deve ser aprovada uma outra fórmula: cinco anos de mandato, sendo o quarto ainda com o presidencialismo e o último já sob a vigência plena do regime de Gabinete.